

“La vivienda no es un lujo, es necesidad”: notas etnográficas sobre a luta pelo direito à moradia em Granada, Espanha¹

“Housing is not a luxury, it is a necessity”: ethnographic notes on the struggle for the right to housing in Granada, Spain

Leticia de Luna Freire

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Reflito sobre uma experiência de pesquisa junto a um movimento social contra os despejos na cidade espanhola de Granada, entre janeiro e abril de 2021, em um contexto atípico de pandemia, com diversas restrições à circulação e à interação dos indivíduos. Na primeira parte do artigo, apresento a conjuntura da crise habitacional na Espanha, na Comunidade Autónoma de Andaluzia e em Granada, abordando ainda algumas observações sobre a cidade onde se desenvolveu a pesquisa. Na segunda parte, descrevo um quadro da luta pelo direito à moradia no país, dando ênfase à organização e às ações do movimento *Stop Desahucios Granada 15-M*, assim como às observações e interlocuções produzidas com seus integrantes durante o trabalho de campo. Na terceira parte, discuto a abordagem da etnografia colaborativa como uma proposta de construção teórica coletiva e comprometida com a justiça social. Ao final, destaco a importância desta experiência internacional de pesquisa para favorecer exercícios contrastivos com relação às configurações e aos desafios do problema da moradia nas cidades de Granada e Rio de Janeiro, bem como para descolonizar a nossa antropologia e estimular relações acadêmicas mais simétricas entre pesquisadores do norte e do sul global.

Palavras-chave: Direito à moradia, Stop Desahucios, Espanha, Etnografia colaborativa.

¹ Este trabalho é resultante de uma pesquisa financiada pela Fundación Carolina entre janeiro e abril de 2021.

Recebido em 22 de outubro de 2021.
Aceito em 03 de novembro de 2021.



ABSTRACT

I reflect on a research experience with a social movement against evictions in the Spanish city of Granada, between January and April 2021, in an atypical pandemic context, with several restrictions to movement and interaction of individuals. In the first part of the article, I present the conjuncture of the housing crisis in Spain, in the Autonomous Community of Andalusia and in Granada, also addressing some observations about the city where the research took place. In the second part, I describe an overview of the struggle for the right to housing in the country, emphasizing the organization and the actions of the Stop Desahucios Granada 15-M movement, as well as the observations and interlocutions produced with its members during the fieldwork. In the third part, I discuss the collaborative ethnography approach as a proposal for collective theoretical construction committed to social justice. At the end, I highlight the importance of this international research experience in fostering contrastive exercises regarding the configurations and challenges of the housing problem in the cities of Granada and Rio de Janeiro, as well as decolonising our anthropology and stimulating more symmetrical academic relations between researchers from the North and the Global South.

Keywords: Right to housing, Stop Desahucios, Spain, Collaborative ethnography.

“No hay dolor más infinito, no hay dolor más inhumano que te echen de tu casa con las llaves en la mano”²

“La vivienda no es un lujo, es necesidad. Con agua, luz y gas; derecho universal”³. Assim dizia uma das diversas músicas que os ativistas cantavam, por baixo das suas máscaras FFP2, em protesto contra o despejo de uma família em frente a uma agência bancária na região central da cidade. O ano em que ocorre essa cena é 2021, a cidade em questão é Granada, na Espanha, e o contexto é de crise sanitária e econômica. Porém, um leitor apressado poderá dizer que, exceto pela língua, tal cena também poderia ser no Rio de Janeiro, cidade brasileira com graves desigualdades sociais e longa história de luta pelo direito à moradia.

Acompanhando há muitos anos os dilemas e as mobilizações de moradores de favelas cariocas, tive a oportunidade, em 2007, de conhecer razoavelmente as reflexões sobre o tema

2 Canção de protesto dos movimentos de luta pelo direito à moradia na Espanha, cuja tradução livre seria: “Não há dor mais infinita, não há dor mais desumana do que ser expulso de sua casa com as chaves na mão”.

3 “Moradia não é um luxo, é necessidade. Com água, luz e gás; direito universal.” (tradução livre).

também na França por ocasião de um estágio doutoral⁴, mas até recentemente sabia muito pouco a respeito do contexto espanhol. Basicamente, que esse país havia sido muito impactado pela crise financeira de 2008, e que o debate público em torno das *chabolas* e *barriadas* estava, assim como das *bidonvilles* e *cités* francesas, muito atrelado ao sensível tema da imigração. Com o intuito de compreender melhor a configuração social e política da luta por moradia na Espanha, resolvi então me candidatar, em 2020, a uma bolsa de mobilidade da Fundación Carolina. Para tanto, tive que buscar mais informações e trabalhos científicos que me fornecessem elementos mínimos para elaborar um pequeno projeto, assim como algum professor que pudesse me receber em uma das universidades contempladas pela convocatória.⁵

Como antropóloga e professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), venho investindo nos últimos anos no diálogo entre a antropologia urbana e o campo da educação através do Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade (Nupec), coordenado por mim na universidade. Na ocasião da convocatória, estava conduzindo uma pesquisa sobre os impactos da remoção da favela Metrô-Mangueira, Zona Norte do Rio de Janeiro, na experiência escolar e cidadina das crianças e dos adolescentes atingidos. Ao conhecer os trabalhos da professora Aurora Álvarez Veinguer – do Departamento de Antropologia da Faculdade de Letras e Filosofia e do Instituto de Migrações da *Universidad de Granada* (UGR) – sobre o movimento *Stop Desahucios*, encontrei a possibilidade de fazer um exercício contrastivo, buscando compreender como se configuram o debate em torno do direito à moradia e dos processos de mobilidade residencial forçada nesse contexto, com ênfase nos seus impactos sobre as crianças granadinas.

De julho de 2020, quando meu pleito foi aprovado, até janeiro de 2021, quando iniciei meu estágio pós-doutoral, o mundo, porém, havia mudado consideravelmente e a circulação de pessoas entre países passou a ser vista com muita cautela. Com o agravamento da pandemia do novo coronavírus, a adoção de uma série de medidas sanitárias e a definição de novas restrições à entrada de estrangeiros, a viagem se tornou uma aventura ainda mais complexa.

Para além da burocracia excepcional que antecedeu a partida e da histórica nevasca com que fui recebida em Madri e quase me impediu de seguir para Granada, no sul do país, os desafios de se realizar a pesquisa com a universidade e o movimento social praticamente sem

4 Refiro-me à bolsa-sanduíche de um ano com a qual fui contemplada por um convênio Capes-Cofecub, coordenado à época pelos professores Roberto Kant de Lima, na Universidade Federal Fluminense, e Daniel Cefai, na Université Paris X – Nanterre. Uma parte do que pude apreender durante esse período foi reproduzida em artigo publicado na revista *Antropolítica* (FREIRE; GONÇALVES; SIMÕES, 2010).

5 Na edição de 2020, o *Programa movilidad de profesorado Brasil-España* previa a concessão de bolsas de um a três meses em 10 universidades da região de Andalucía.

atividades presenciais eram enormes. Ainda que me sentisse mais segura na mediana Granada do que na metrópole do Rio de Janeiro com relação à pandemia, sendo raro ver uma pessoa sem máscara protetora nas ruas ou uma autoridade pública minimizar a gravidade do vírus na televisão, a ansiedade diante do cenário de instabilidade e do que considerava pouco tempo para realizar a pesquisa também era inevitável.⁶ Afinal, uma vez que as condições econômicas, políticas e sanitárias impactam a pesquisa em todas as áreas de conhecimento, as medidas de distanciamento social necessárias à prevenção dos contágios pelo Sars-CoV-2 afetam, de maneira incisiva, o ofício do antropólogo urbano, cujo trabalho se alimenta da presença, da circulação e da necessária interação com o outro na cidade.

Aos poucos, assumi que não poderia ter o controle da situação e que, se a conjuntura era de imprevisibilidade por que a pesquisa também não seria, já que se trata de um trabalho artesanal (MILLS, 1969), sujeito a mudanças e desvios? Através da mediação de uma colega brasileira que havia realizado seu doutorado em Sevilha, fui conseguindo tecer a minha rede de contatos na cidade e revisando a proposta original.⁷ Ao tomar conhecimento de um protesto que seria realizado em frente a uma agência bancária, encontrei a oportunidade que precisava para me inserir no campo, passando a participar do movimento do *Stop Desahucios 15-M Granada* a fim de compreender suas motivações, críticas e estratégias de ação.

Este artigo tem, portanto, o propósito de refletir sobre esta experiência de pesquisa. Na primeira parte, apresento um panorama geral da atual crise habitacional espanhola, expondo alguns dados e características sobre os despejos da escala nacional à escala local. Na segunda parte, abordo a história, a organização e as ações do movimento *Stop Desahucios 15-M Granada*, a partir do trabalho de campo realizado, remota e presencialmente, junto aos seus integrantes

6 Embora não seja objeto deste artigo, a reflexão sobre a pandemia atravessou a minha estadia na Espanha. Cabe dizer que cheguei em Granada no dia 8 de janeiro de 2021, durante a chamada *tercera ola*, e que a Espanha, com seus 47 milhões de habitantes, havia sido um dos países europeus com maior número de óbitos (mais de 75 mil). Naquele momento, porém, o governo mostrava um grande esforço para gerir a crise, avançar o ritmo da vacinação e construir consensos em relação às medidas restritivas, ainda que as Comunidades Autônomas tivessem liberdade para tomar algumas decisões. Já no Brasil – com mais de 200 milhões de habitantes – o número de mortes diárias por Covid-19 crescia vertiginosamente e não havia ainda uma coordenação nacional efetiva para o enfrentamento da pandemia, fora as atitudes negacionistas do presidente Bolsonaro que, além de criarem tensões com governadores que propunham medidas mais rígidas, favoreceram a ocorrência de uma variante viral com maior poder de letalidade e o início tardio da vacinação. Uma conjuntura que contribuiu para que o país se tornasse, quando do meu retorno em abril, o epicentro da pandemia, com mais de 200 mil mortos, mesmo tendo um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo.

7 Aproveito para agradecer publicamente a Diana Bogado, Jose Malo e Juan Medela, que, numa cadeia sucessiva, contribuíram com informações preciosas e para que conhecesse Clara Martínez, quem, mais do que uma interlocutora privilegiada, se tornou uma querida amiga. Da Universidad de Granada, os professores Aurora Álvarez Veinguer, Nieves Ortega e Dario Ranocchiari e as doutorandas Rocío García Soto e Ariana Cota foram colaboradores e parceiros fundamentais durante esse período.

entre fevereiro e abril de 2021. Na terceira parte, discorro algumas ideias sobre a perspectiva da etnografia colaborativa, tendo como base o trabalho desenvolvido pela equipe de antropólogos da *Universidad de Granada* junto ao referido movimento social. Nas considerações finais, menciono alguns cruzamentos de olhares possíveis sobre a luta por moradia em Granada e no Rio de Janeiro e reflito sobre as potencialidades deste tipo de experiência internacional para descolonizar a antropologia e as relações acadêmicas entre pesquisadores do norte e do sul global.

A CRISE HABITACIONAL ESPANHOLA

A precarização da moradia hoje na Espanha está diretamente ligada à crise econômica do final dos anos 2000 e aos ajustes que o governo espanhol realizou para contê-la, implementando medidas de socorro aos bancos ao mesmo tempo que promoveu cortes nas políticas sociais. Após um *boom* imobiliário, com a construção de um grande número de moradias e muito crédito disponível para compra de imóveis, o país vivenciou um colapso financeiro, provocando a saída dos fundos de investimentos e uma aguda crise hipotecária.

Conforme alerta Carretero (2015), não se pode compreender a bolha especulativa no mercado de imóveis espanhol – menor apenas do que a da Irlanda – sem entender como se geriu e organizou a transição da ditadura franquista para o regime democrático, com a cooptação dos principais partidos políticos pelos centros de poder internacional e a submissão dos governos aos interesses estrangeiros para vislumbrar um rápido crescimento da economia. Alguns efeitos desse processo foram a privatização do setor bancário e o fortalecimento da concepção da moradia como um negócio.

De modo mais específico, a formação da bolha imobiliária, desde o final dos anos 1990, até o seu estouro, no final de 2007, tem sua origem em uma nefasta relação entre os bancos, em particular as *Cajas de Ahorros*⁸, os políticos e as construtoras. A combinação de fatores como a ampliação de crédito e benefícios fiscais para a aquisição de imóveis⁹, o aumento dos preços

8 Semelhante à brasileira Caixa Econômica Federal, as *Cajas de Ahorros* são instituições financeiras que tem como finalidade atender a necessidades sociais e gerir poupanças de famílias e pequenas empresas sem caráter lucrativo, ainda que agindo segundo critérios de mercado.

9 Miramar (2015) menciona que, entre 1997 e 2005, se compraram e venderam cerca de nove milhões de moradias na Espanha. Em termos de comparação, Carretero (2015) descreve que, nesse período, se construíram na Espanha mais apartamentos do que em Alemanha e França juntos, países mais ricos e com uma população três vezes maior do que a espanhola.

dos imóveis muito acima da inflação¹⁰, a requalificação do solo urbano e a especulação imobiliária acabou gerando, segundo Carretero (2015, p. 34), “[...] uno de los mayores saqueos de la historia moderna de una población por parte de una minoría”.¹¹

Com o recrudescimento do neoliberalismo e a ausência de controle governamental do mercado de habitação, somado às altas taxas de desemprego e aos baixos salários, milhares de famílias de classe média e trabalhadores em geral, incluindo autônomos e pequenos empresários, não tiveram condições de arrendar suas residências ou de pagar os aluguéis e passaram a ser sumariamente despejados. Além de perderem suas moradias, tais cidadãos eram ainda culpabilizados por sua condição através de um cruel processo midiático que os acusava de estarem querendo viver acima de suas possibilidades.¹² Apesar de o governo ter declarado, em 2014, a saída da crise econômica, o número de despejos na Espanha não parou de crescer até 2017, identificando-se um decréscimo apenas nos três últimos anos.

O caso de Barcelona é bastante emblemático, pois evidencia as consequências dramáticas de um modelo de *city marketing*, marcado ainda pela colonização urbana do centro histórico e pelo turismo predatório, como mostram, por exemplo, os trabalhos dos antropólogos Manuel Delgado (2007) e Miquel González (2014). Não à toa, Barcelona tem sido também uma das cidades onde os movimentos de luta pelo direito à moradia tem ganhado mais força e visibilidade, passando inclusive a ser governada, em 2015, pela ativista Ada Colau, que durante sua posse declarou dar prioridade à habitação social e evitar a monocultura turística.¹³ O contraste entre Barcelona e Rio de Janeiro já havia, aliás, sido objeto de um evento acadêmico e de uma coletânea organizada por mim e outros colegas do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir da interlocução com pesquisadores do Observatori d’Antropologia del conflicte Urbà (OACU), coordenado pelo professor Manuel Delgado.¹⁴ Refletir sobre essas questões a partir da realidade de uma cidade média do sul da Espanha, mas também inserida no mercado turístico internacional, constituiria um novo desafio analítico.

10 Somente entre os anos 2000 e 2005, o preço médio da moradia na Espanha subiu 180%, havendo um aumento de mais 50% entre 2005 e 2009 (SOTO, 2021).

11 “Um dos maiores saques da história moderna de uma população por parte de uma minoria.” (tradução livre).

12 A coletânea *Tu casa n es tuya, es del banco* (MIRAMAR, 2015) apresenta vários exemplos desse discurso de culpabilização dos cidadãos e procura dar uma resposta a ele, reconstituindo o processo histórico de formação da bolha imobiliária e explicitando os reais atores responsáveis pela crise habitacional espanhola.

13 Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/13/internacional/1434209557_328035.html. Acesso em: 24 mar. 2021.

14 Cf. Cunha *et al*, 2016.

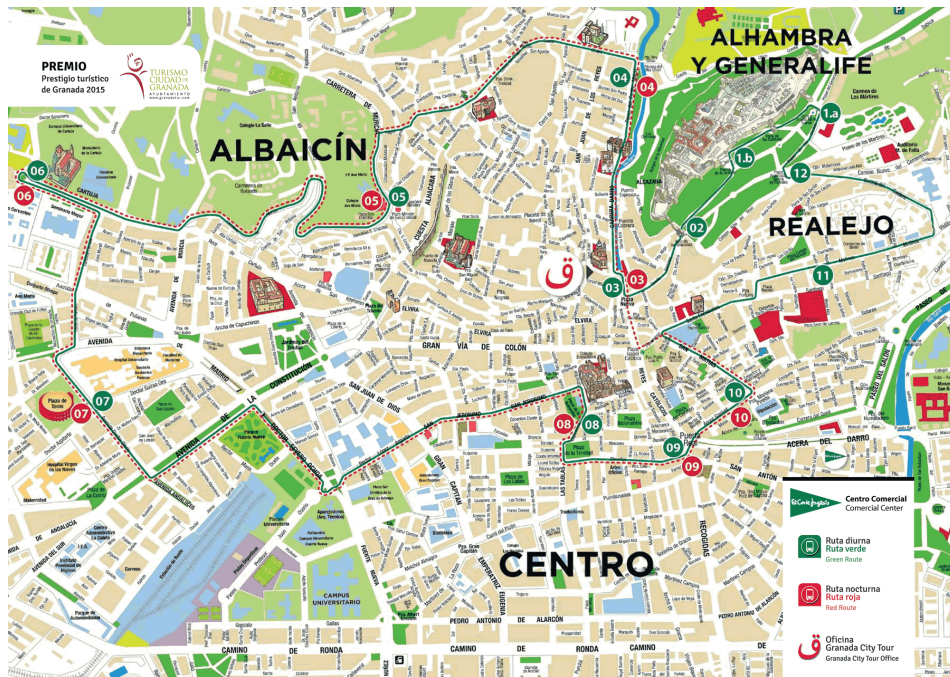
Desde a Constituição de 1978, o Estado espanhol divide-se política e administrativa-mente em 17 Comunidades Autônomas, as quais se somam as cidades autônomas de Ceuta e Melilha, situadas no norte do continente africano. Enquanto Barcelona é a capital da Comuni-dade Autônoma de Catalunha, a segunda cidade mais populosa no país (1.228.479 habitantes) e a que recebe maior número de turistas, Granada faz parte da Comunidade Autônoma de Andalu-zia e possui 232.462 habitantes distribuídos por 88km², apesar de também ser uma das cidades espanholas mais visitadas.

Granada é a capital da província homônima e seu prestígio advém de seu patrimônio histórico, arquitetônico e literário. Durante oito séculos Granada esteve sob dominação muçul-mana, tendo sido a capital dos reinos Zirida (século XI) e Nasrida (séculos XIII a XV). Após a conquista dos Reis Católicos, em 1492, passou a ser a cidade espanhola com mais igrejas, conventos e mosteiros durante os séculos XVI e XVII e manteve-se como capital do reino castelhano de Granada até 1833, quando o país foi finalmente dividido em províncias.

As disputas entre muçulmanos e católicos se inscrevem no espaço físico da cidade, o que a confere uma riqueza cultural ímpar. Os dois grandes símbolos arquitetônicos da estética e dos valores representados pelos domínios dessas religiões são: de um lado, a famosa Alhambra, um conjunto de exuberantes palácios onde residia o monarca e a corte muçulmanos, incluindo a fortaleza e os jardins de Generalife, e, de outro, a imponente Catedral de Granada, primeira igreja renascentista construída no país, incluindo a Capilla Real, onde estão as sepulturas dos reis católicos. Capital do último reino muçulmano na Espanha, situada a cerca de uma hora do mar mediterrâneo e da estação de esqui da Sierra Nevada, terra do poeta Federico García Lorca e sede de uma das maiores universidades espanholas¹⁵, Granada já se destacava como destino turístico e universitário antes da construção do seu aeroporto, em 1973.

15 Herdeira da madraça, inaugurada em 1349 durante o último reino Nazarí, a Universidad de Granada foi oficialmente fundada em 1531 pelo rei da Espanha Carlos I e está entre as que possuem o maior número de alunos no país, inclusive estrangeiros.

Figura 1. Mapa turístico de Granada, com destaque para Alhambra e Generalife



Fonte: <https://cdn.civitatis.com/espana/madrid/galeria/mapa-tren-turistico-granada.jpg>.

Ao chegar a Granada, passei a residir em um apartamento mobiliado em um edifício de uso misto na área central, dispondo de uma variedade de comércio ao redor e podendo me locomover por quase toda a cidade a pé. Quando necessitava pegar metrô ou ônibus, as dificuldades não eram nem de perto aquelas enfrentadas pela maioria da população carioca. Para muitos moradores, porém, estar fisicamente no centro não significava “estar” em Granada. Como em muitas cidades onde a segregação urbana é imperiosa, era comum, por exemplo, moradores de Almanjáyar, na Zona Norte, ou mesmo de Zaidín, um bairro operário a menos de 3km do centro histórico, dizerem que iam “para Granada” quando tratavam de se deslocar até o centro da cidade. Situação semelhante ocorria quando moradores dos bairros mais nobres e turísticos, como Albaicín e Realejo, se referiam a Almanjáyar (a cerca de 4km do centro histórico) como sendo “fora” de Granada. Na prática, era como se fossem duas Granadas: a dos turistas e das classes média e alta e a dos imigrantes e das classes populares.

A leitura de alguns trabalhos de geografia e antropologia urbana (MAUREL, 1988 [1956]; MEDELA; MONTAÑO, 2009; MEDELA; COTA; MONTAÑO, 2018) me ajudou a compreender que as representações sociais de distintas regiões eram reflexo das transformações urbanas vividas pela cidade nas últimas décadas. A estigmatização de bairros populares da Zona Norte de Granada, como Almanjáyar, Cartuja e La Paz, ocorreu ao mesmo tempo que

antigos bairros da área central, como Albaicín e Sacromonte, se enobreceram, sendo diretamente impactos pelo reconhecimento do conjunto arquitetônico da Alhambra como Patrimônio da Humanidade, em 1984, e pelo crescimento vertiginoso do turismo na cidade desde então. Conhecer essa dinâmica urbana era importante também para compreender melhor os problemas e os desafios em relação à moradia em Granada.

Além da segregação urbana, as dificuldades enfrentadas por uma parcela significativa da população para ter seu direito à moradia digna garantido, mesmo durante a pandemia, são acentuadas tanto no Rio de Janeiro quanto em Granada, apesar de serem contextos nos quais as escalas, os embates e as lutas possuam configurações distintas. Com a agudização da crise econômica, os despejos e as dificuldades de muitas famílias arcarem com os custos do aluguel e da hipoteca tornavam-se um problema público ainda mais visível e esse contexto também trazia implicações muito particulares na luta pelo direito à moradia em Granada.

Em um dos trabalhos sobre esse tema, Veinguer e Sebastiani (2019) descrevem o fenômeno dos despejos ocorridos na cidade ao longo de uma década (2008-2017), apontando que, embora a Constituição espanhola afirme o direito de toda pessoa a uma moradia digna, as políticas implementadas pelo governo vêm desrespeitando totalmente esse princípio. Desde o início da crise financeira até o começo de 2013, ocorreram mais de 350.000 despejos na Espanha, majoritariamente em Andaluzia, Catalunha, Comunidade Valenciana e Madri, sendo a região de Andaluzia a mais afetada, desde 2007, pelos despejos por falta de pagamento de hipoteca. Somente na província de Granada foram 1.167 despejos realizados em 2013, 1.147 em 2014, 1.408 em 2015, 1.358 em 2016 e 1.339 em 2017, mantendo-se uma média de mais de 1.000 famílias por ano desabrigadas (CGPJ, 2018 apud VEINGUER; SEBASTIANI, 2019).¹⁶ Além da execução hipotecária, há despejos por falta de pagamento de aluguel e de famílias que, por falta de opções, ocupam apartamentos ociosos na cidade, a maioria de propriedade de bancos privados.

Com a pandemia e as medidas sanitárias necessárias para prevenir os contágios, a questão habitacional tornou-se ainda mais urgente. Segundo dados do Consejo General del Poder Judicial (CGPJ)¹⁷, a suspensão provisória dos prazos judiciais das ações contra pessoas economicamente vulneráveis implicou uma redução de 45,6% do total de despejos em relação a 2019, quando se registraram 54.006 despejos no país. Ainda assim, 29.406 famílias perderam

16 CONSEJO GENERAL DEL PODER JUDICIAL. **Datos sobre el efecto de la crisis en los órganos judiciales.** Madrid: Consejo General del Poder Judicial, 2018. Disponível em: poderjudicial.es/cgpj/es/Temas/Estadistica-Judicial/Estudios-e-Informes/Efecto-dela-Crisis-en-los-organos-judiciales/. Acesso em: 05 nov. 2021.

17 Disponível em: <https://www.newtral.es/desahucios-2020/20210304/>. Acesso em: 14 out. 2021.

suas moradias na Espanha em 2020, sendo a Comunidade Autônoma de Andaluzia novamente a região mais afetada, com 4.517 despejos. Na cidade de Granada, os dados apontam a ocorrência de 297 famílias despejadas ao longo de 2020. Sob pressão de movimentos sociais e organizações de direitos humanos, apenas em 22 de dezembro de 2020 o governo decretou a suspensão de todos os despejos, deixando claro se tratar de uma medida excepcional que só estaria vigente durante o terceiro *estado de alarma*, até 9 de maio de 2021. Todavia, o trabalho de campo realizado junto ao movimento de luta pelo direito à moradia em Granada evidenciou que mesmo essa medida não foi capaz de interromper totalmente as ações de despejos na cidade.

Acrescenta-se ainda o fato de a região de Andaluzia ser receptora de um grande número de imigrantes, inclusive crianças desacompanhadas, provenientes sobretudo do Marrocos. Granada é uma das províncias com o maior número de centros de acolhimento e proteção a crianças imigrantes e o fechamento de fronteiras por conta da pandemia, ao contrário do que se poderia pensar, não reduziu o número de entradas irregulares na Espanha.¹⁸ Sendo a questão da imigração, há vários anos, um dos problemas públicos mais discutidos na Europa, suscitando uma série de polêmicas, representações e preconceitos, a pandemia colocou no radar a urgente necessidade de acolhimento, proteção e educação das crianças. Acompanhando as ações do *Stop Desahucios 15-M Granada*, pude perceber que uma parte significativa das famílias vulneráveis com relação à moradia era constituída por imigrantes ou descendentes de imigrantes, mesmo em situação regular no país, o que dizia muito sobre a heterogênea composição populacional da Espanha e os desafios políticos para garantir os direitos constitucionais a todos os seus cidadãos.

O MOVIMENTO STOP DESAHUCIOS GRANADA 15-M

A origem do *Stop Desahucios* (SD) vincula-se à conjuntura histórica descrita anteriormente, estando em particular relacionada às grandes manifestações que tomaram as ruas do país em 15 de maio de 2011 (movimento que ficou conhecido como *15-M* e *Indignados*), rei-

18 Enquanto em 2019 registrou-se a entrada de 26.103 pessoas por via marítima na Espanha, em 2020 o registro foi de 41.094 pessoas, com aumento considerável nas Ilhas Canárias, segundo dados apresentados por Angeles Solares Corella, catedrática de filosofia do direito da Universidad de Valencia, no Congreso Internacional Migraciones y Pandemia Global, organizado pelo Instituto de Migraciones, pela Facultad de Derecho e pela Escuela de Postgrado da Universidad de Granada, em parceria com a Universidad de Jaén e a Universidad Pablo de Olavide, em fevereiro de 2021.

vindicando mudanças na política espanhola e expressando a insatisfação da população com as medidas adotadas pelo governo para enfrentar a crise de 2008. Como vimos, com o aumento exponencial do desemprego e da pobreza, começaram a chover ações judiciais de despejo e a crescer o número de famílias endividadas, afetadas por cláusulas abusivas da hipoteca e pela ausência de regulação estatal dos preços dos aluguéis. A literatura crítica ajuda a compreender, contudo, que esse drama não foi causado por uma crise inesperada, mas por uma “fraude”, como passou a ser denunciada pelos manifestantes do 15-M, já que as consequências do processo eram previsíveis e vinham sendo alertadas há anos por especialistas.

Foi naquele momento de grande contestação política que a *Plataforma de los Afectados por la Hipoteca* (PAH), criada em 2009 em Barcelona, ganhou destaque na luta contra os despejos decorrentes de problemas hipotecários, motivando o surgimento e o fortalecimento de outras iniciativas desse tipo no país. Em Granada, ativistas que participavam dos protestos de 2011 então organizaram o movimento local *Stop Desahucios Granada 15-M* (SDG) para lutar pela moradia como direito fundamental, acolhendo e prestando auxílio, de forma gratuita, às famílias ameaçadas de despejo ou em dificuldades habitacionais. Segundo Soto (2021), apenas em seu primeiro ano, o coletivo atendeu mais de 70 famílias, conseguindo paralisar 14 ações de despejos.

Cabe mencionar que o procedimento de execução hipotecária é extremamente inquisitorial e que quase não há opções de defesa para os afetados, tendo em vista que, diferentemente de muitos países, o artigo 105 da lei hipotecária espanhola não prevê a *dación en pago*, ou seja, a anulação da dívida mediante a perda do imóvel, mantendo a responsabilidade penal do devedor e inviabilizando um novo recomeço das famílias.¹⁹ É nesse contexto que a PAH e o SD se constituíram como os maiores movimentos sociais que surgiram para organizar a luta pelo direito à moradia na Espanha, atuando de maneira articulada em diversas cidades e regiões do país. Entre suas pautas principais, estão a alteração da legislação hipotecária e a aprovação da Ley de Vivienda, adotando uma série de medidas para garantir o acesso da população mais vulnerável à habitação.²⁰

19 Diz literalmente o artigo 105 da lei hipotecária espanhola: “La hipoteca podrá constituirse en garantía de toda clase de obligaciones y no alterará la responsabilidad personal ilimitada del deudor que establece el artículo 1911 del *Código Civil*” (ESPAÑA, 1946).

20 Seis meses depois de meu retorno ao Brasil, em 7 de outubro de 2021, o presidente do governo Pedro Sánchez anunciou a existência de um acordo, após mais de um ano de negociação, entre o Partido Socialista Operário (PSOE) e o Unidas Podemos a respeito da *Ley de Vivienda*, prevendo, entre outros, a penalização de proprietários de imóveis ociosos e a regulação dos preços dos aluguéis. Para mais detalhes, ver: <https://www.elmundo.es/economia/vivienda/2021/10/05/615c268de4d4d802688b45c2.html>.

Inspirados na histórica greve de alugueis de 1931 em Barcelona e na experiência mais recente da PAH e do SD, outros movimentos sociais voltados para o problema específico dos alugueis surgiram em 2017, como o Sindicat de Llogaters, em Barcelona, e o Sindicato de Inquilinas e Inquilinos de Madrid, na capital do país. Em Granada, descobri a existência da Casa de Paso – Sindicato de Inquilinas e Inquilinos de Granada, mas durante a minha estadia não vi nenhuma ação do movimento na cidade ou menção a ele nas assembleias do SDG, onde, de fato, se concentrou a minha pesquisa. Ao entrar em contato por correio eletrônico com a organização, informaram-me que o Sindicato de Inquilinas e Inquilinos de Granada e o Stop Desahucios Granada 15-M se assemelham em termos de organização e de atuação, mas consistem em coletivos sociais independentes que colaboram conjuntamente em casos que envolvam aluguel. Segundo a pessoa responsável, a principal diferença é que o Stop Desahucios Granada 15-M é um coletivo mais consolidado, motivo pelo qual, apesar da pandemia, vinha seguindo com suas atividades enquanto que a atividade do Sindicato de Inquilinas e Inquilinos estava, naquele momento, reduzida ao assessoramento à distância das famílias, à realização de oficinas de autodefesa para inquilinos e ao apoio a campanhas pela regulação dos preços dos alugueis.

Um caso bastante simbólico em Granada quanto ao problema dos alugueis é o de uma *casa de paso*²¹ do século XVII conhecida como *Casa del Aire*, cujos moradores lutaram por quase uma década contra a especulação imobiliária e por seu direito à moradia no Albaicín – bairro tombado, em 1994, como Patrimônio da Humanidade (GEA, 2016). Uma das últimas inquilinas do antigo casarão, a professora aposentada Clara Martínez, tornou-se uma das mais importantes ativistas na cidade e, por um feliz acaso, a principal interlocutora e parceira na pesquisa, possibilitando a minha integração ao SDG. A partir daí, comecei a participar dos atos públicos, as chamadas *accións*, e das assembleias semanais que, por conta da pandemia, ocorriam provisoriamente por meio do aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*.

A despeito do caráter, para mim, inicialmente inusitado, acompanhar as assembleias do grupo de maneira remota mostrou-se como uma atividade que apresentava vantagens e desvantagens para a pesquisa etnográfica, obrigando-me a enfrentar novos desafios e desenvolver outras habilidades. De um lado, a interação pelo *WhatsApp* não me permitia ver as expressões e gestos dos seus integrantes; de outro, me possibilitava maior compreensão das discussões realizadas, uma vez que as mensagens e áudios ficavam registrados e podiam ser consultados posteriormente, dissipando dúvidas e dificuldades linguísticas. Ao participar das *accións*

21 Imóvel que conecta duas ruas com diferentes alturas. No Albaicín, bairro situado em uma parte elevada da cidade e repleto de ladeiras, a *Casa del Aire* possuía um acesso pela *calle Elvira* e outro pela *ladera Zenete*. Após a expulsão dos moradores, o imóvel segue em litígio judicial e sendo a última *casa de paso* existente no bairro.

convocadas regularmente pelo movimento, o trabalho de campo se expandiu, permitindo-me interagir pessoalmente com os integrantes e aprofundar as minhas observações sobre o coletivo. Assim como Whyte (2005) narra sua relação com Doc durante sua pesquisa em Corneville, a amizade e o apoio de Clara foram fundamentais para a minha inserção e permanência no grupo, fazendo com que fosse vista como alguém que estava ali não para ameaçar, mas para colaborar com sua luta.

A entrada no campo através da equipe da UGR foi mais gradual, talvez pelos cuidados em não exporem os integrantes do movimento – muitos deles idosos – a situações de risco sanitário ou pelos desconhecimentos que ainda pairavam sobre mim, mas quando passei a encontrá-los nas *acciones* fui conquistando maior confiança e passei a ser apresentada a outros integrantes. Enquanto a equipe da UGR trabalhava principalmente com membros da assembleia do bairro Zaidín, Clara integrava a assembleia do centro. Assim, ter tido a oportunidade de participar de atividades dos dois grupos me possibilitou não apenas ter uma visão mais ampla das questões que envolviam o tema da moradia em Granada, mas também das parcerias e conflitos entre as duas assembleias.

O SDG se define como um movimento sociopolítico e apartidário que tem, entre seus princípios, a organização coletiva, baseada na tomada de decisões por meio das assembleias, na socialização das informações, no compartilhamento de tarefas e responsabilidades. Na província de Granada, o movimento é organizado em 10 *asambleas de zona*, que reúnem os moradores da localidade ou bairro, assim como das localidades ou bairros próximos que não possuem assembleia própria: Centro, Zaidín, La Rubia, Armilla, Motril, Sabobreña, Almunécar-La Heradura, Atarfe, Pulianas y Asamblea Norte, esta última abrangendo os municípios de Benalúa, Lanteira, Guadix e Baza. Na capital da província, as ações de protesto nos espaços públicos eram unificadas e planejadas por um grupo de trabalho do qual participavam membros das duas assembleias da capital da província. Havia ainda uma assembleia geral, que costumava reunir ao menos uma vez por trimestre os coordenadores de todas as assembleias da província (STOP DESAHUCIOS GRANADA 15-M, 2017).

Internamente, o grupo se dividia entre os “afetados”, aqueles que buscavam o movimento por conta de algum problema habitacional, e os “voluntários”, aqueles que colocavam seu tempo e seu conhecimento à disposição para auxiliar as famílias, atuando em distintos grupos de trabalho. O número de integrantes oscilava bastante, em função das disponibilidades e das demandas, mas existia um núcleo de pessoas que permaneciam há vários anos em funções estratégicas. Para cada família que chegava ali era aplicado um protocolo para coleta dos dados básicos referentes à sua situação. Tornando-se um “caso”, esse seria acompanhado de perto por

alguns companheiros do grupo, em particular pelos advogados voluntários. A cada assembleia semanal, as informações sobre os casos eram atualizadas e os próximos passos para viabilizar sua resolução eram discutidos. Uma das atividades mais recorrentes do grupo fora do espaço da assembleia era o acompanhamento dos afetados às entidades bancárias com as quais estivessem negociando seu problema, sendo essa *acción* ao mesmo tempo um protesto contra as situações de injustiça, uma forma de pressão sobre os bancos e uma demonstração de apoio às pessoas que buscavam uma solução para suas famílias.

Em março de 2021, pude participar de quatro *acciones* do SDG na cidade, três delas em entidades bancárias. Geralmente, elas ocorriam às quintas-feiras pela manhã e iniciavam com a concentração dos ativistas (entre 12 e 25 pessoas) em uma praça no centro de Granada e de lá seguiam até a porta de uma ou várias agências bancárias. Após se posicionarem na calçada com as faixas, cartazes e equipamento de som, um ou dois afetados entravam na agência acompanhados de membros do movimento capacitados para lhes auxiliar na negociação de seus casos. Durante todo o tempo em que o(s) afetado(s) e o apoiador(es) passavam no interior da agência, os demais ativistas ficavam do lado de fora, cantando canções de protesto, gritando palavras de ordem e denunciando o não cumprimento do Código de Boas Práticas (regulado pelo Decreto Real - Lei 6/2012), que estabelece medidas urgentes de proteção a devedores hipotecários sem recursos.

Figuras 2 e 3. Ação do SDG em frente a uma agência bancária



Fonte: Leticia de Luna Freire, 2021.

Outra ação do movimento que pude acompanhar foi na Agencia de Vivienda y Rehabi-

litación de Andalucía (AVRA), responsável pelo desenvolvimento das políticas de moradia e solo da Comunidade Autônoma de Andaluzia.²² Nesse dia, a ação visava conseguir uma reunião para negociar solução para sete famílias que viviam em moradias geridas pela AVRA. Entre elas, a família de Raquel – grávida de seis meses, casada e mãe de um menino de sete anos, estando ela e o marido à época enfermos de Covid-19 – e a família de Anabel – grávida de oito meses, casada e mãe de uma menina de dois anos – ambas com ordens de despejo administrativo emitidas pela própria agência.²³ Apesar de essa *acción* ter um número menor de manifestantes e eles estarem sem os usuais objetos de protesto (faixas, camisetas, etc.), foi convocada a imprensa para dar repercussão às demandas, como também ocorreu em uma das *acciones* em entidades bancárias, cujo foco era a situação de duas mulheres que viviam apenas com suas crianças pequenas e estavam sob ameaça de despejo.

Figuras 4 e 5. Cartazes de divulgação de acciones do SDG



Fonte: Stop Desahucios Granada 15-M, 2021.

Após uma dessas *acciones*, pude ainda acompanhar um grupo de quatro mulheres (duas afetadas e duas apoiadoras) que se dirigiu ao interior de outra agência bancária para buscar uma solução para o problema habitacional de um casal homoafetivo (uma mãe de três crianças e a outra grávida de cinco meses). Elas e as crianças viviam em um apartamento do banco Caja-

²² A fim de cobrir as necessidades de intervenção derivadas da Lei nº 4/2013, que estabelece medidas para assegurar a “função social da moradia”, a agência é responsável pela gestão, controle e registro das fianças dos contratos de arrendamento e subarrendamento de moradia e de uso distinto de moradia e de fornecimento correspondentes aos imóveis situados no âmbito da Comunidade Autônoma de Andaluzia. Sobre a AVRA, ver: https://www.juntadeandalucia.es/avra/opencms/areas/Informacion_institucional/index.html.

²³ Ao mencionar casos dos afetados, utilizo aqui nomes fictícios.

mar, adquirido pelo ex-marido de uma delas através da hipoteca. Depois que ele foi preso por violência de gênero, abandonou a casa e os filhos. Há cinco anos as duas viviam juntas com as crianças no imóvel, recuperando aos poucos sua infraestrutura. Com uma ordem de despejo emitida por falta de pagamento da hipoteca, elas tentavam negociar um valor de aluguel compatível com sua condição financeira (ambas sem emprego fixo) para não perderem a moradia. Sem expor aqui mais detalhes etnográficos, essa ocasião serviu para que eu pudesse entender melhor os meandros dessas longas negociações face a face com funcionários dos bancos e a importância do apoio às famílias em situações caracterizadas por extrema desigualdade de condições.

De maneira geral, os casos de famílias com crianças se destacavam, pois feriam não apenas o direito à moradia, mas também os direitos de proteção à infância igualmente previstos na legislação. Em boa parte desses casos, tratavam-se de mulheres que criavam sozinhas seus filhos e que não podiam ser simplesmente despejadas sem ter uma alternativa de moradia digna. Ao mesmo tempo, eram casos que sensibilizam mais facilmente a opinião pública para o grave problema da moradia.

Embora previsse, em meu plano de trabalho inicial, pesquisar o impacto dos despejos sobre as crianças, foi extremamente difícil ter contato com elas, seja por conta do contexto de pandemia, seja por conta do curto tempo disponível para consolidar as necessárias relações de confiança no campo. As informações que obtive sobre as crianças, portanto, foram predominantemente coletadas em materiais produzidos pelo movimento e em conversas com alguns responsáveis quando eles estavam sendo assessorados ou participando das *acciones*. Normalmente, as mães diziam que sofrer um despejo implicaria “mudar tudo” na vida da família, afetando inclusive as crianças, pois não possuíam alternativas habitacionais que pudessem garantir alguma estabilidade à sua rotina, incluindo a vida escolar. Conforme descreve López (2015), ao entrevistar uma assistente social de Madri, a falta de renda para arcar com custos básicos de moradia e alimentação desorganiza muito a vida das famílias, atingindo diretamente as crianças, que durante seu curso escolar chegam a passar por cinco moradias distintas, não possuindo espaços adequados para o estudo nem renda para comprar os materiais escolares, sem contar os danos psicológicos provocados pelos despejos.

Marta foi a única das mães com quem consegui fazer uma longa entrevista em sua residência, no município de Churriana de la Vega, na província de Granada, a cerca de 7km da capital. Ela era equatoriana, tinha 37 anos e migrou com os pais para a Espanha ainda criança. Alguns anos depois, seu pai retornou ao Equador e ela, sua mãe e sua irmã permaneceram em Granada. Na cidade, morou no bairro de Zaidín e teve vários empregos no setor de serviços. Devido às dificuldades financeiras para pagar o aluguel em Granada, sua mãe e sua irmã muda-

ram-se para um prédio em Churriana de la Vega, onde o custo de vida era menor. Acompanhando sua família, Marta, seu marido (também equatoriano) e dois filhos ocuparam, em 2014, um dos apartamentos vazios do mesmo prédio que pertencia ao banco Sabadell, fazendo aos poucos todos os investimentos necessários para obter água, luz e calefação. Dois anos depois, receberam a primeira ordem de despejo e, desde então, sua família vinha sendo assessorada pelo SDG para negociar um pagamento de aluguel para o banco compatível com sua renda e garantir sua permanência no apartamento.

Separada e desempregada, Marta sustentava naquele momento seus três filhos (de 11, oito e seis anos) com o auxílio de 450 euros mensais que recebia do governo. A última ordem de despejo tinha sido de setembro de 2020 e a instabilidade da moradia gerava uma tensão constante, que afetava também seus filhos. As crianças temiam o que iria acontecer, perguntavam para onde iriam e ela procurava fazê-los entender o problema, mas não percebia impactos negativos na escola. Mesmo morando em Churriana de la Vega, as crianças seguiam estudando em uma escola pública em Zaidín, a qual, segundo Marta, era de ótima qualidade. As crianças confirmaram gostar da escola, mas não participaram diretamente da conversa, distraíndo-se em brincadeiras. Para Marta, integrar o SDG foi importante porque “abriu os seus olhos” e fez perceber que, longe de se considerar culpada pelo seu infortúnio, sua situação era semelhante à de muitos outros cidadãos no país.

Tal como a PAH, o SD surgiu tendo como foco as famílias afetadas pela hipoteca, mas hoje também apoia famílias que ocupam imóveis dos bancos. Diferentemente do Rio de Janeiro, em que as ocupações são geralmente realizadas por movimentos sociais organizados e em prédios públicos vazios, em Granada elas são realizadas pelas próprias famílias em necessidade, com ajuda ou não de terceiros, sempre em imóveis de propriedade dos bancos. Após um tempo de ocupação que pode se estender até dois ou três anos, os bancos costumam reivindicar o imóvel e acionam a justiça para despejar as famílias. Essas famílias, por sua vez, buscam negociar o pagamento de um aluguel que lhes permitam permanecer no imóvel, recebendo todo o apoio jurídico e social dos membros do SDG nessa negociação ou na busca de alternativas habitacionais.

Chamou a minha atenção o fato de que, diferentemente do Brasil, onde a luta pelo direito à moradia está muito pautada pelas ocupações e favelas, no SDG o tema das *chabolas* – barracos existentes em maior proporção na região metropolitana de Madri, ainda que em quantidade muito inferior ao Rio de Janeiro – sequer era abordado, sendo a causa geralmente abraçada pelos movimentos sociais de direitos humanos e pelas organizações filantrópicas, que também se dedicavam a cobrar do poder público soluções para as pessoas sem-teto que dormiam nas ruas.

Durante os meus três meses de pesquisa, não identifiquei assentamentos populares informais ao redor de Granada, exceto o caso de duas famílias com crianças que residiam em barracos construídos improvisadamente em *Cortijo de la Nocla* – propriedade compartilhada entre a Prefeitura e o Arcebispado de Granada – e que foram ameaçadas de despejo no final de janeiro de 2021. Ainda assim, quando uma moça assistida pelo movimento compartilhou uma matéria sobre isso no grupo do *WhatsApp* do SDG, em meio a uma discussão sobre o caso de uma família ameaçada de despejo, outro integrante questionou o envio da matéria, dizendo que aquilo não tinha relação com a discussão que se fazia, criando, assim, um desentendimento, que fez com que a moça se sentisse incomodada e saísse espontaneamente do grupo.

Desentendimentos desse tipo, porém, não eram comuns e se contrapunham à maioria das manifestações dos afetados no grupo, que eram de confiança e gratidão pelo apoio jurídico e emocional recebido pelos integrantes. Além de conhecer suas ações, rotinas, formas de organização e conflitos internos, o trabalho de campo (presencial e virtual) junto aos integrantes do SDG me fez compreender que ele é muito mais do que um movimento social organizado. É um lugar de acolhimento, socialização e aprendizagem, não havendo, na prática, separação entre a dimensão afetiva e a ação política. Como Veinguer e Sebastiani (2019) analisam, ao tratar o problema habitacional de forma coletiva, mediante práticas de cuidado e de luta, o movimento SDG transforma sentimentos de solidão, vergonha e fracasso individual em agenciamentos coletivos, gerando uma política dos vínculos que transcende a dicotomia público-privado.

Como me relataram algumas das integrantes entrevistadas, a primeira coisa que ouviram ao procurar a ajuda do movimento social era que “não estavam sozinhas” e que “não eram culpadas” pela sua situação e esse acolhimento parecia ser um divisor de águas para as pessoas assistidas. A retribuição a tudo que receberiam ali em termos de assistência jurídica, apoio emocional e formação política viria, indiretamente, no acolhimento e no apoio que também prestariam aos que chegassem posteriormente em busca de ajuda. Muitos dos que integram o movimento hoje como voluntários estiveram no passado na condição de afetados. Se um dos princípios éticos do movimento é “ninguém paga, ninguém cobra”, a reciprocidade é, sem dúvida, um dos principais valores de coesão do grupo.

Foi seguindo essa lógica da reciprocidade, que organizei, juntamente com a professora Aurora Veinguer, o *Conversatorio sobre experiencias de lucha por el derecho a la vivienda en Granada y Río de Janeiro*. A atividade, realizada semipresencialmente no Instituto de Migraciones da UGR, visava criar um espaço de intercâmbio e troca de experiências entre pesquisadores e ativistas brasileiros e espanhóis em torno da luta pela moradia nas duas cidades.

Da UGR, participaram a professora Aurora e mais dois pesquisadores de sua equipe,

que falaram sobre o contexto histórico e social da crise da moradia na Espanha, passando por alguns marcadores jurídicos importantes, como a criação do Ministério da Moradia, em 1957, que fomentou a tendência privatista da moradia, o artigo 47 da Constituição, que estabeleceu a moradia como um direito, a lei do solo, de 1998, que tornou todo terreno não protegido edificável, até o atual debate em torno da iniciativa da nova lei da moradia. Do SDG, participaram quatro integrantes da assembleia de Zaidín, de diferentes idades, e Clara, da assembleia centro, que compartilharam suas experiências, a história do movimento, sua forma de organização e atuação na luta pelo direito à moradia na cidade. As falas dos integrantes foram extremamente esclarecedoras e destacaram a importância do acolhimento e da socialização política adquiridos no movimento. Nas assembleias, “as famílias vão aprendendo como lutar contra o banco”, disse um dos integrantes. “A assembleia é onde aprendemos a perder o medo. Ali aprendemos muitíssimo”, complementou outro. “A assembleia nos apodera”, disse a mais jovem. “Somos todos uma família”, acrescentou outra integrante, que, em momento posterior, comentou sobre o efeito terapêutico de sua participação no movimento.

Do Rio de Janeiro, eu apresentei alguns aspectos do contexto histórico e social do problema habitacional na cidade, ressaltando as diferenças de escalas entre a metrópole carioca e a cidade andaluza, a informalidade como forma de acesso à moradia pelos grupos mais vulneráveis e os impactos dos megaeventos esportivos na retomada da prática das remoções de favelas. Como exemplos, abordei os casos da favela Metrô-Mangueira, próxima ao estádio do Maracanã, e da Vila Autódromo, vizinha ao local escolhido para a construção do parque olímpico, a partir de minhas pesquisas. Participaram ainda, de maneira remota, duas integrantes do Museu das Remoções, a arquiteta Diana Bogado e a moradora Sandra Maria, falando, mais detidamente, sobre a experiência da Vila Autódromo, que se tornou símbolo da luta pela moradia na cidade. Construído de forma participativa, o Museu das Remoções foi uma das várias estratégias de resistência à remoção acionadas e passou a colaborar com a plataforma Museu de los Desplazados, criada em 2010 como ferramenta de reflexão coletiva sobre os conflitos associados aos processos de gentrificação.²⁴ Após a exposição de todos, houve um tempo disponível para a interlocução mais livre entre os grupos do Rio de Janeiro e de Granada.

Sem entrar em mais detalhes acerca do *Conversatorio*, queria apenas destacar que, embora ela tivesse sido concebida por mim, a forma como foi realizada pôde fomentar diálogos baseados numa relação horizontalizada entre pesquisadores e ativistas, expressando uma forma de fazer pesquisa que tem inspirado, de maneiras distintas, tanto a rede institucional da qual

24 Disponível em: <https://www.lefthandrotation.com/museodelosdesplazados/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

faço parte no Rio de Janeiro quanto o trabalho da equipe coordenada pela professora Aurora Veinguer na UGR. Ao final da atividade, emocionei-me ao receber de presente um *Guia de Formação do SDG* assinado pelos seus integrantes e com esta bela dedicatória: “A la ciudad de Rio de Janeiro, por el dolor, sufrimiento y daño psicológico al que estan sometidas por la especulación de la vivienda”.²⁵ Mais do que as nossas qualidades pessoais, foram as distintas experiências ali compartilhadas de violência, humilhação e injustiça vividas por cidadãos cariocas e granadinos que nos aproximaram.

A ETNOGRAFIA COLABORATIVA

Embora as práticas de pesquisa da equipe da UGR se assemelhassem muito às que eu e muitos colegas realizávamos no Brasil, foi no contato com os antropólogos granadinos que ouvi, pela primeira vez, a terminologia “etnografia colaborativa”. De acordo com Soto (2021), a etnografia colaborativa tem suas raízes em diferentes experiências, desenvolvidas a partir dos anos 1970 nas Ciências Sociais, que rompem com a separação entre pesquisador e objeto de estudo através do estabelecimento de um compromisso e da construção coletiva de conhecimento junto a grupos sociais vulneráveis, como a pesquisa ação participativa, as epistemologias feministas, a pesquisa ativista/militante e as epistemologias do Sul. Na América Latina, as etnografias colaborativas têm sido muito voltadas para comunidades indígenas e afrodescendentes, mas essa abordagem também pode ser identificada em diversos trabalhos desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos no final do século XX (GÓMEZ-PELLÓN, 2020).²⁶

Não é novidade dizer que a colaboração é uma das condições mais básicas da prática etnográfica. Sem a disposição intelectual e corporal do etnógrafo em interagir, compreender e aprender com o outro, sua pesquisa estaria certamente condenada ao insucesso. Sem se envolver com os outros e envolver os outros na sua pesquisa, conquistando a sua confiança e colaboração, todos os esforços para produzir conhecimentos sobre a realidade estudada teria sido em vão.

25 “À cidade do Rio de Janeiro, pela dor, sofrimento e dano psicológico a que estão submetidas pela especulação imobiliária da moradia.” (tradução livre).

26 Para um panorama histórico mais completo sobre etnografia colaborativa e ativista, ver o dossiê publicado na *Revista da Asociación Iberoamericana de Antropología* (GÓMEZ-PELLÓN, 2020) e a coletânea publicada pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (VEINGUER; LOZANO; DIETZ, 2020).

A etnografia colaborativa, contudo, fundamenta-se no princípio de que todo o processo de pesquisa (formulação do desenho, coleta dos dados, interpretação e análise) deve ser realizado junto com os sujeitos nela envolvidos. Colaborar aqui implica não apenas em o antropólogo se comprometer com as pessoas, os grupos ou movimentos sociais com os quais pesquisa, mas introduzir a condição de co-labor em todo o processo etnográfico. Por parte do pesquisador, isso implica, entre outros, o uso de uma linguagem acessível e a constante reflexão sobre para que e para quem se está escrevendo. Trata-se de conceber o ato de pesquisar como uma busca de soluções teóricas que permita nos aproximarmos da realidade para compreendê-la e transformá-la. Trata-se de construir pontes, combinações e hibridizações, deixando-se afetar e ser afetado pelo campo. Nesse sentido, a etnografia implica um processo de descolonização da produção do conhecimento, passando a se constituir na “[...] posibilidad de una construcción teórica colectiva, donde entendamos el conocimiento como ese conjunto de prácticas y de saberes que permiten o impiden ciertas intervenciones en el mundo real” (SOTO, 2021, p. 77).²⁷ Um enorme desafio diante do acentuado neoliberalismo e eurocentrismo nas universidades europeias, impondo pesquisas cada vez mais curtas, individualistas e despolitizadas.

Do ponto de vista metodológico, a etnografia colaborativa significa abandonar práticas extrativistas para construir conhecimentos de forma dialógica e horizontal com os sujeitos da pesquisa, buscando linhas de fuga para driblar a lógica neoliberal predominante e tentando descolonizar a investigação social. A partir de sua experiência junto aos integrantes do SDG, Veinguer e Sebastiani (2020) descrevem quatro passos da etnografia colaborativa: superar o modelo etnográfico individual ativando práticas investigadoras do(s) comum(s); entender a subjetivação política como parte do processo de coinvestigação; colocar no centro os cuidados e as emoções; e, por último, lançar mão de um pluriverso metodológico, reformulando e indo além dos métodos de investigação.

Na etnografia realizada pela equipe da UGR, as ferramentas metodológicas utilizadas tem sido observação participante, grupos de debate, histórias de vida, elaboração de diários de campo compartilhados, produção de curtas promocionais e de uma radionovela. Essas escolhas, porém, não se deram *a priori*, mas no próprio processo de construção coletiva dos “quês” e dos “comos” da pesquisa, o que Veinguer e Sebastiani (2020, p. 258) denominam de *pluriversalidad metodológica*. A radionovela, por exemplo, que teve dois episódios gravados durante a pandemia, tinha como propósito abordar diversas situações enfrentadas pelas famílias para as-

27 “[...] posibilidad de una construcción teórica colectiva, onde entendamos o conhecimento como esse conjunto de práticas de saberes que permitem ou impedem certas intervenções no mundo real.” (tradução livre).

segurar sua moradia, sendo o enredo e os personagens criados coletivamente pelo grupo. Além de funcionar como um recurso expressivo, a ficção, embora pouco usual, tem sido uma ferramenta de trabalho de campo dos etnógrafos granadinos, criando novas formas de comunicar e representar a própria pesquisa.

Colaborar aqui implica engajamento do pesquisador no coletivo, colocando seus saberes e práticas à disposição da sua luta. É nesse sentido que a equipe da UGR participa das assembleias e dos protestos públicos do SDG, endossando suas demandas e auxiliando-o, por exemplo, na comunicação com os veículos de imprensa e com a sociedade em geral. No Rio de Janeiro, inúmeras etnografias vêm sendo há anos produzidas junto a outros movimentos sociais baseadas em uma postura engajada do pesquisador e no co-labor entre os sujeitos envolvidos, sem necessariamente adjetivá-las como colaborativa ou ativista, tais como a pesquisa de Lucía Eilbaum sobre movimentos sociais contra a violência de Estado e o trabalho da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (EILBAUM, 2018) e os meus próprios trabalhos sobre as mobilizações coletivas contra as remoções de favelas e sobre as ações do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas contra o modelo de uma cidade excludente (FREIRE, 2016; FREIRE; TAFKGI, 2016; FREIRE, 2019; FREIRE, 2021).²⁸

Independentemente do nome que se dê e dos contextos onde são realizadas, creio haver em comum entre as pesquisas mencionadas o entendimento de que não há uma contradição entre compromisso político para pesquisar uma realidade e a pesquisa social dessa realidade. Ao estudar situações de profunda desigualdade e injustiça social, os pesquisadores não precisam abrir mão do rigor e das normas científicas para construir, em parceria com seus interlocutores no campo, conhecimentos que possam contribuir para a compreensão daquela realidade, podendo tais conhecimentos serem apropriados para a elaboração e a implementação de ações que acarretem a redução das próprias desigualdades. A participação de etnógrafos na elaboração de laudos antropológicos sobre comunidades quilombolas, em estudos sobre impactos de projetos desenvolvimentistas em territórios indígenas ou, como foi o meu caso, na elaboração de dossiês sobre as violações de direitos humanos cometidas no Brasil durante os megaeventos esportivos ilustra, a meu ver, a importância do conhecimento produzido pela nossa disciplina e

28 Com o intuito de apresentar à equipe da UGR um pouco das pesquisas que eu e outras pesquisadoras temos realizado no âmbito do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos da Universidade Federal Fluminense, organizei também durante o meu estágio em Granada o seminário Políticas Públicas y Derechos Humanos en Brasil: una mirada desde Río de Janeiro. Realizado de modo remoto, o evento contou com a coordenação da professora Aurora Veinguer e a participação das professoras Míriam Alves de Souza (Universidade Federal Fluminense), Lucía Eilbaum (Universidade Federal Fluminense) e Neiva Vieira da Cunha (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

das repercussões práticas que ele pode ter.

Não se trata, contudo, de antropologia aplicada, mas de uma antropologia implicada, comprometida com os grupos sociais mais vulneráveis em sociedades profundamente desiguais, como a brasileira. Às possíveis críticas a um engajamento demasiado do pesquisador, convém lembrar que o conhecimento antropológico não é e nem poderia ser neutro. Ao estudarmos temas sensíveis e relevantes à nossa realidade, Becker (1977) descreve que o problema não é se devemos ou não tomar partido, mas assegurarmos que as nossas simpatias e valores não comprometam a qualidade dos resultados do trabalho, através de instrumentos e métodos não tendenciosos e seguindo as diretivas inerentes à prática científica. Acrescento que se, por um lado, a colaboração entre o pesquisador e os atores do campo é desejada e necessária, por outro, o pesquisador, enquanto cientista, tem que atender a exigências e demandas as quais seus interlocutores geralmente não estão submetidos, sobretudo se a realização da pesquisa envolve a obtenção de algum título acadêmico.

Sem pretender esgotar uma discussão tão complexa e relevante, considero que, estando o potencial da etnografia na sua capacidade de revelar e valorizar a diversidade de formas de existência e resistência humana, o valor do conhecimento por ela produzido talvez esteja em reconhecer que sempre é possível aprender com o outro e em contribuir, de algum modo, para a construção de sociedades melhores para vivermos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ciente das condições de realização desta pesquisa no exterior, nunca tive a pretensão de realizar propriamente uma análise comparativa com o que venho observando há mais de uma década em meu país de origem e residência. Busco aqui, portanto, apenas sublinhar o que esta experiência internacional me possibilitou compreender a respeito da crise habitacional espanhola e da luta pelo direito à moradia em Granada, indicando alguns pontos de contraste possível com o que já acompanho no Brasil, em particular no Rio de Janeiro.

De forma geral, tanto no Brasil quanto na Espanha a precarização da moradia está relacionada a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal e indica um paradoxo entre o que diz a Constituição de ambos os países e o que ocorre na prática com os grupos sociais mais vulneráveis. Não por acaso, o pressuposto de que a moradia não é um luxo, mas uma necessidade básica à sobrevivência humana, aparece nas falas e ações tanto dos militantes cariocas quanto

granadinos. A percepção e as formas de enfrentamento do problema, porém, são diversas e estão atreladas às particularidades de cada contexto. Ainda assim, creio ser possível afirmar que, enquanto na realidade brasileira a alta concentração fundiária e a histórica desigualdade social são fatores centrais para que a informalidade seja o principal meio de acesso à moradia para uma grande parcela da população, na realidade espanhola o estímulo e a consolidação de um regime de propriedade da moradia, mediante a formação de uma imensa bolha imobiliária, acabaram conduzindo o país a uma crise sem precedentes, com um número crescente de despejos e a instauração de um verdadeiro regime da dívida.

Atuando no nível local, movimentos sociais como o *Stop Desahucios Granada 15-M* constituem-se em espaços de acolhimento, solidariedade, aprendizagem e socialização política singulares, capazes de transformar angústias individuais em combustível para a luta coletiva. Como tenho aprendido com os movimentos sociais daqui e de lá, se a moradia digna e adequada é um direito constitucional, esse direito ainda precisa ser conquistado cotidianamente na luta por uma sociedade pautada pelo bem comum e pela justiça social.

A forma como compreendemos o nosso papel enquanto pesquisadores e a nossa maneira de fazer etnografia pode ou não fornecer pistas para a construção coletiva de uma sociedade mais justa. Se o mundo já está saturado de relações coloniais e a etnografia colaborativa implica um modo descolonizado de fazer pesquisa; em um país como o Brasil, de herança colonial e escravocrata, desvincular-se da dominação intelectual europeia presente nas origens da disciplina não se trata de uma escolha pessoal, mas de uma espécie de dever cívico.

Reforço o posicionamento de Kant de Lima (2011, p. 70), ao afirmar que “uma antropologia que pretenda descolonizar-se há que voltar seus olhos para outras sociedades que não o Brasil, num esforço deliberado de libertação e criação de novos conceitos e interpretações de nossa própria sociedade, na melhor tradição antropológica”. Sendo assim, considero que experiências internacionais de pesquisa, como a que busquei aqui compartilhar, nos possibilitam estar no lugar do estrangeiro, relativizando os nossos pontos de vista e contribuindo para descolonizar a nossa antropologia, mas penso que elas também podem estimular os pesquisadores estrangeiros, em particular dos países mais desenvolvidos, a descolonizarem suas relações com os pesquisadores e a produção acadêmica do chamado Sul global, principalmente do Brasil. Para tanto, não há receitas, mas apenas a sincera disposição para o diálogo e a colaboração efetivos.

REFERÊNCIAS

1. BECKER, Howard. De que lado estamos? *In*: BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1977. p. 122-136.
2. CARRETERO, Juan Carlos Barba. La gran burbuja española. *In*: MIRAMAR, José Luís Carreteiro (coord.). **Tu casa no es tuya, es del banco**: resistencias y alternativas colectivas frente al colapso de la burbuja inmobiliaria. Madrid: Queimada Ediciones, 2015. p. 25-52.
3. CUNHA, Neiva Vieira da; FREIRE, Leticia de Luna; MACHADO-MARTINS, Maíra; VEIGA, Felipe Berocan (org.). **Antropologia do conflito urbano**: conexões Rio-Barcelona. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.
4. DELGADO, Manuel. **La ciudad mentirosa**: fraude y miséria del “modelo Barcelona”. Madrid: La Catarata, 2007.
5. EILBAUM, Lucía. Direitos humanos e desigualdade. Balancos parciais a partir de perspectivas antropológicas. *In*: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; BELTRÃO, Jane Felipe; LOBO, Andrea; CASTILHO, Sergio; LACERDA, Paula; OSÓRIO, Patrícia (org.). **A antropologia e a esfera pública no Brasil**: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2018. p. 221-236. (v. 1).
6. ESPAÑA. Ley Hipotecaria. 1946. Disponível em: <https://www.conceptosjuridicos.com/ley-hipotecaria-articulo-105/>. Acesso em 04 out. 2021.
7. FREIRE, Leticia de Luna; GONÇALVES, Rafael Soares; SIMÕES, Soraya Silveira. Uma Cruzada do século XX: iniciativas católicas no campo das políticas habitacionais na França e no Brasil. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 29, p. 201-224, 2010.
8. FREIRE, Leticia de Luna; TAFKGI, Mariana. O que está em jogo na “cidade olímpica”? Conflitos e resistências acerca da remoção de assentamentos populares no Rio de Janeiro. *In*: CUNHA, Neiva Vieira da; FREIRE, Leticia de Luna; MACHADO-MARTINS, Maíra; VEIGA, Felipe Berocan (org.). **Antropologia do conflito urbano**: conexões Rio-Barcelona. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016. p. 51-74.
9. FREIRE, Leticia de Luna. “Les Jeux Olympique pour qui?” Les actions du Comité populaire de la Coupe du monde et des Jeux Olympiques de Rio de Janeiro contre un modele urbain d’exclusion. **Problèmes d’Amérique Latine**, n. 103, (4/16), p. 95-117, 2016.
10. FREIRE, Leticia de Luna. “A Olimpíada traz mais do que só a Olimpíada”: megaeventos esportivos e direito à moradia no Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 17, 2019, p. 71-95. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/>

revistaagcrj/wp-content/uploads/2020/06/AGCRJ_revista17_200523-71-95.pdf.
Acesso em: 13/11/20.

11. FREIRE, Leticia de Luna. Qual o lugar das favelas no Rio dos megaeventos? *In*: GONÇALVES, Rafael Soares; BRUM, Maria; AMOROSO, Mauro (org.). **Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2021. p. 233-257. (v. 1).
12. GÓMEZ-PELLÓN, Eloy. Una etnografía colaborativa y activista (presentación dossier). **Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 15, n. 2, p. 203-209, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.aibr.org/antropologia/netesp/1502.php>. Acesso em: 06/03/21.
13. GONZÁLEZ, Miquel Fernandez. **Matar al Chino: entre la revolución urbanística y el asedio urbano em el barrio del Raval de Barcelona**. Barcelona: Virus Editorial, 2014.
14. GRUPO DE ESTUDIOS ANTROPOLÓGICOS LA CORRALA. **La Casa del Aire para sus vecinos: una historia de lucha contra la especulación inmobiliaria**. Granada: GEA La Corrala; Librería Bakakai; La Casa con Libros, 2016.
15. KANT DE LIMA, Roberto. **A antropologia da academia: quando os índios somos nós**. 3. ed. rev. ampl. Niterói: EdUFF, 2011.
16. LÓPEZ, Gladys Martínez. Los excluidos del derecho a la vivienda: de la culpabilidad a la lucha colectiva. *In*: MIRAMAR, José Luís Carreteiro (coord.). **Tu casa no es tuya, es del banco: resistencias y alternativas colectivas frente al colapso de la burbuja inmobiliaria**. Madrid: Queimada Ediciones, 2015. p. 89-110.
17. MAUREL, Joaquin Bosque. **Geografía urbana de Granada**. Zaragoza: Edit Librería General, 1988. [1956].
18. MEDELA, Juan Rodríguez; COTA, Ariana Sánchez Cota; MONTAÑO, Óscar Salguero; GARCÍA, Esther García. Gentrificación y turistificación en los barrios, “turismofobia” en la tele y hegemonía de la marca Granada. *In*: MANSILLA, José; MILANO, Claudio (coord.). **Ciudad de vacaciones: conflictos urbanos en espacios turísticos**. Barcelona: OACU; Pol-len edicions, 2018. p. 327-262.
19. MEDELA, Juan Rodríguez; MONTAÑO, Óscar Salguero. **Aprendiendo a decir NO: conflictos y resistencias en torno a las formas de concebir y proyectar la ciudad de Granada**. Granada: Asociación de Estudios Antropológicos La Corrala, 2009.
20. MILLS, Charles Wright. Do artesanato intelectual. *In*: MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. p. 211-244.
21. MIRAMAR, José Luís Carreteiro (coord.). **Tu casa no es tuya, es del banco: resistencias y alternativas colectivas frente al colapso de la burbuja inmobiliaria**. Madrid: Queimada Ediciones, 2015.
22. SOTO, Rocío García. **Los caminos hacia la investigación colaborativa: experiencias**

- etnográficas junto a movimientos por la lucha de la vivienda en Granada. 2021. 272f. Orientadora: Aurora Álvarez Veinguer. Tesis (Doctoral) – Programa de Doctorado Interuniversitario en Estudios Migratorios, Universidad de Granada, Universidad de Jaén, Universidad Pablo de Olavide, 2021.
23. STOP DESAHUCIOS GRANADA 15-M. **Guía de formación**. 2. ed. Granada: Taller de Diseño Gráfico y Publicaciones S.L., 2017.
24. VEINGUER, Aurora Álvarez; SEBASTIANI, Luca. Habitar la investigación en la universidad neoliberal y eurocentrada: La etnografía colaborativa como apuesta por lo común y la subjetivación política. **Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 15, n. 2, p. 247-271, mayo/ago. 2020.
25. VEINGUER, Aurora Álvarez; SEBASTIANI, Luca. Una década de luchas contra los desahucios. De la vergenza y la soledad a los agenciamientos cotidianos. **Papeles del CEIC**, v. 1, p. 1-19, 2019.
26. VEINGUER, Aurora Álvarez; LOZANO, Alberto Arribas; DIETZ, Gunther (ed.). **Investigaciones en movimiento: etnografías colaborativas, feministas y decoloniales**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Madrid: Ministerio de Ciencia e Innovación; Agencia Estatal de Investigación, 2020. Disponible em: http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?orden&id_libro=2295&totalRows_rs_libros=1462. Acesso em: 25 fev. 2021.
27. WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana degradada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

Leticia de Luna Freire

Professora do Departamento de Ciências Sociais e Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Laboratório de Etnografia Metropolitana e do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3762-3386>. E-mail: leluna2005@yahoo.com.br